



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	11080.009225/2002-75
<b>Recurso nº</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>1101-001.197 – 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	24 de setembro de 2014
<b>Matéria</b>	Embargos de Declaração - Contradição
<b>Embargante</b>	FAZENDA NACIONAL
<b>Interessado</b>	DANAPREV - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

***ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL***

*Ano-calendário: 1997*

Ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO ENTRE FUNDAMENTAÇÃO/DISPOSITIVO E PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. EXISTÊNCIA DO VÍCIO. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS. Sendo evidente a contradição existente entre a fundamentação do v. acórdão embargado e o resultado de julgamento proclamado, é de rigor o acolhimento dos aclaratórios opostos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros da Primeira Turma Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Seção de Julgamento, por unanimidade, em ACOLHER e PROVER os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, nos termos do relatório e voto que seguem em anexo.

*(assinado digitalmente)*

MARCOS AURÉLIO PEREIRA VALADÃO - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR - Relator.

EDITADO EM: 03/10/2014

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcos Aurélio Pereira Valadão (Presidente), Benedicto Celso Benício Júnior (Relator), Edeli Pereira Bessa, Paulo Mateus Ciccone, Leonardo Mendonça Marques e Marcelo de Assis Guerra.

## Relatório

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional, às fls. 232/234, em face do Acórdão n. 1101-00.248 proferido por esta Colenda Turma, por meio do qual foi reconhecida a concomitância das esferas Administrativa e Judicial quanto aos fundamentos meritórios tecidos pelo Contribuinte contra o lançamento que “*objetivou a constituição dos créditos tributários como medida preventiva dos efeitos da decadência*” (fl. 227), o que, inclusive, motivou a exclusão da multa de ofício pela própria instância *a qua*.

O acórdão embargado restou assim ementado, *in verbis*:

*“PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – NORMAS PROCESSUAIS – AÇÃO JUDICIAL E ADMINISTRATIVA CONCOMITANTES – IMPOSSIBILIDADE – A busca da tutela jurisdicional do Poder Judiciário, antes ou depois do lançamento ‘ex officio’, enseja renúncia ao litígio administrativo e impede a apreciação das razões de mérito, por parte da autoridade administrativa, tornando-se definitiva a exigência tributária nesta esfera.”* (fl. 222)

Nos aclaratórios, suscita exclusivamente que o “*acórdão ora recorrido padece, na parte de proclamação do resultado do julgamento, de erro material*” (fl. 234), eis que haveria contradição entre o dispositivo/fundamentação do r. acórdão e o resultado quanto à exclusão da multa de ofício por esta E. Turma julgadora, razão pela qual haveria necessidade de retificação desse erro.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR

Os Embargos são tempestivos, cumprindo os pressupostos legais que lhe fazem cabíveis, permitindo-me o seu conhecimento, até pelo disposto no artigo 32 do Decreto n. 70.235/72.

Conforme relatado no acórdão embargado, o presente caso cuida de auto de infração lavrado contra o contribuinte que optou discutir o mérito da autuação – imunidade de entidade de previdência privada e a exigência de recolhimento de IRRF “*sobre aplicações financeiras e ganhos de capital essencialmente na venda de ações em bolsas e impostos sobre operações de crédito*” (fl. 225) – concomitantemente nas esferas Judicial e Administrativa.

O d. Relator à época entendeu prescindível analisar os fundamentos sobre o mérito da autuação, tendo em vista a soberania das decisões judiciais sobre as administrativas, conforme excerto do voto proferido, localizado ao folio 228 dos autos, *litteris*:

*“Trata-se especificamente de ações concomitantes para julgamento do mesmo mérito, verificando-se, do exposto, que a*

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 08/10/2014 por BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR, Assinado digitalmente em 08/10/2014 por BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR, Assinado digitalmente em 14/10/2014 por MARCOS AURELI

O PEREIRA VALADAO

Impresso em 15/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

*contribuinte fez sua opção, escolhendo a esfera judiciária para discutir o mérito existente no presente processo.*

*Inútil seria este Colegiado julgá-lo, uma vez que a decisão final, a que será prolatada pelo Poder Judiciário, é autônoma e superior. O julgado do Poder Judiciário será sempre superveniente à decisão proferida nesta Corte. Se houverem ações concomitantes e os entendimentos forem divergentes a Decisão prolatada pelo Poder Judiciário será definitiva.”*

No que se refere à multa de ofício aplicada pela autoridade autuante, o r. acórdão embargado salientou que tal penalidade **já havia sido afastada pela própria instância a qua**, razão pela qual não seria cabível qualquer discussão, mas esse entendimento foi, conforme suscitado pela Fazenda Nacional, **contraditoriamente** exposto no resultado do julgamento como “**PARCIAL**” provimento ao recurso voluntário examinado, confira-se:

*“Com relação a manifestação da recorrente contra a exigência da multa de ofício, também não cabe qualquer apreciação na presente instância, visto que a decisão proferida pela turma julgadora de primeira instância excluiu a referida penalidade do crédito em comento.*

*Nessas condições, voto no sentido de rejeitar as preliminares suscitadas e por não conhecer do mérito.”* (fl. 228)

*“ACORDAM os membros da 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir somente a multa de ofício.”* (fl. 222)

Sendo evidente a contradição existente entre a fundamentação do v. acórdão embargado e o resultado de julgamento proclamado, é de rigor o acolhimento dos aclaratórios opostos.

Pelo exposto, ACOLHO os embargos de declaração para alterar o resultado do julgamento do v. acórdão embargado, a fim de que conste – corretamente – que *“ACORDAM os membros da 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, NÃO CONHECER o recurso voluntário”*.

É como voto.

*(assinatura digital)*

BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR - Relator